

<https://revistapropuestascriticas.uchile.cl>

ARTIGO

O irracionalismo do capitalismo decadente

El irracionalismo del capitalismo decadente

The Irrationality of Decadent Capitalism

Natalia Perdomo Dos Santos¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Recebido: 16/05/2024

Aceito: 08/10/2024

Cómo citar

Perdomo, N (2024). El irracionalismo del capitalismo decadente. *Propuestas Críticas en Trabajo Social - Critical Proposals in Social Work*, 4 (8),6-28. DOI: 10.5354/2735-6620.2024.74690

6

Resumo

Este artigo propõe analisar, a partir da tradição inaugurada pela obra marxiana, os fundamentos constitutivos do neoliberalismo, que o configuram como uma estratégia de reprodução do capitalismo tardio. Emergente no processo de maturação da sociedade burguesa, o neoliberalismo reformula a ação do Estado para adaptá-lo às necessidades impostas pelas novas formas de gestão da acumulação, que, diante da hegemonia do capital portador de juros, só pode garantir a valorização do valor com um poder destrutivo incontrolável. Este movimento revela a barbárie que constitui a sociedade burguesa, e que é especialmente exposta nos países dependentes. Resulta desta etapa a reconfiguração das relações e dos seres sociais na sua totalidade, cujo novo modo de ser expressa o irracionalismo do capitalismo decadente. Esta concepção fundamenta a crítica ao pensamento mistificador de Dardot e Laval, exposta no livro 'A Nova Razão do Mundo'. Suas teses, que têm ganhado eco no serviço social brasileiro, propõem-se críticas ao neoliberalismo, mas ao salvaguardarem a lógica estrutural da sociedade que o faz emergir, limitam-se à epiderme do problema, representando as típicas deformações ideológicas da etapa corrente.

Palavras-chave:
Neoliberalismo;
Marxismo; Dardot
e Laval; Serviço
Social

¹ Contacto: Natalia Perdomo Dos Santos, Universidad Federal Rio de Janeiro

✉ serviciosocialmariamontessori@gmail.com

Octubre 2024. Vol. 4, Num. 8, 6-28 ISSN 2735-6620, DOI: 10.5354/2735-6620.2024.74690.



Abstract

This article aims to analyze, based on the tradition inaugurated by Marx's work, the constitutive foundations of neoliberalism, which configure it as a strategy of reproduction of late capitalism. Stemming from the maturation process of bourgeois society, neoliberalism reformulates State's action to adapt it to the needs imposed by the new forms of accumulation management, which, in face of the hegemony of interest-bearing capital, can only guarantee the valorization of value with an uncontrollable destructive power. It reveals the barbarism that constitutes bourgeois society, especially in dependent countries. This stage results in their configuration of social relations in their entirety, which come to express the irrationalism of decadent capitalism. Their theses, which have gained traction in Brazilian social work, claim to be critical of neoliberalism, but by safeguarding the structural logic of the society that gives rise to it, they limit themselves to the surface of the problem, representing the typical ideological distortions of the current stage

Keywords:
Neoliberalism;
Marxism; Dardot
& Laval; Social
Work

Introdução

O artigo que segue resulta de um percurso analítico acerca dos fundamentos que constituem o neoliberalismo. Este estudo, realizado a partir da revisão crítica da literatura que aborda sua emergência e o movimento desta longa etapa, permitiu caracterizá-lo como uma estratégia de reprodução do tardocapitalismo, que, em seu movimento, revela o irracionalismo não apenas do capitalismo decadente, mas da formação social burguesa. Esta síntese foi concomitante aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, responsável pela investigação dos atos golpistas que, no dia 8 de janeiro de 2023, buscaram dar continuidade no Brasil ao governo neofascista do inelegível ex-presidente Jair Bolsonaro, em uma conjuntura que sugeria a suposta derrota da ultradireita. A história, contudo, que, conforme Gramsci (2010), ensina, ainda que lhe falte alunos, demonstra que as animadas aspirações se limitam às vitórias eleitorais e ocultavam a intrínseca ligação entre a conservação das relações burguesas e a violência, que na etapa corrente é exacerbada pela ruína das políticas sociais.

Propõe-se, no rastro da “categoria da totalidade como pedra angular da gnose social” (Netto, 1981, p. 41), analisar, para além das fronteiras nacionais, o avanço do neoliberalismo, cuja viabilização é cada vez mais dependente de expressões neofascistas (Boito,), ainda que concretizadas na estremadura dos regimes democráticos. E, principalmente, demonstrar que não é possível conter esse avanço se abdicarmos da luta pela superação da sociedade de classes.



Neste sentido, será realizada a crítica ao pensamento mistificador formulado pelos foucaultianos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, exposto em ‘A Nova Razão do Mundo’. O livro, que identifica manifestações imediatas do tempo corrente e que se propõe combatente ao neoliberalismo, tem ganhado relevância, inclusive no serviço social brasileiro, apesar de negar a luta anticapitalista; aspecto que será também considerado neste debate.

I. A longa etapa neoliberal e a violência no capitalismo tardio

A derrota eleitoral de Bolsonaro foi a luz no final de mais um longo túnel atravessado na história brasileira. A intentona golpista repetia em Brasília o fracasso de Donald Trump no Capitólio e as investigações subsequentes multiplicam escândalos diários e demonstram – aos que insistem em não saber – que o finado governo fora um esquema de espoliação e superexploração (Marini, 2022) sem precedentes na história recente. As notícias parecem a muitos “compensadoras”, dada a suposta iminência de que a justiça seja feita; ainda que o legado da destruição deixada pelos “Chicago boys” se perpetuem em distintas dimensões de nossa sociabilidade, como na subsunção do Estado ao capital portador de juros. Mantinha-se a condição permanente de ajuste fiscal (Behring, 2018) no novo governo Lula, e a sangria do fundo público, em nome do pagamento de dívidas infundáveis e não auditadas. O alívio não é, contudo, à toa, pois as mais de 700 mil – e subnotificadas – mortes por covid-19, até o ano de 2022, que não resultaram apenas do movimento reprodutivo do RNA viral, mas de um governo irracionalista, cujo projeto de extermínio encontrou respaldo para sua tarefa no combate à ciência, às vacinas e ao isolamento social.

Contudo, é preciso atentar-nos: o irracionalismo é característica não de um dado governo, mas de uma longa etapa² de desenvolvimento da sociedade burguesa, na qual sucumbem as categorias forjadas pela Modernidade. Para o pensamento liberal, não há mais espaço para o humanismo, para o historicismo concreto, para a dialética e nem tampouco para a razão (Coutinho, 2010). E se o reacionarismo virulento que se expressou política, econômica e ideologicamente em Bolsonaro não será com ele enterrado, tampouco o avanço do neofascismo se faz particularidade nacional para dar-se por derrotado. Nos mesmos canais que noticiam contrabando de joias sauditas em nome da família Bolsonaro, assistimos nossos vizinhos argentinos rumarem ao abismo no qual, a menos de um lustro, caímos.

² Etapa esta que não demora a revelar-se na história da burguesia, que encontra os limites de seu sistema filosófico na contradição da sociedade de classes, que a partir de 1848, tornava-se incontestante.



Seguramente, a vitória nas prévias eleitorais da tosca figura de Javier Milei não se sustenta sobre as excentricidades de um candidato tão ultra(neo)liberal a ponto de defender a comercialização de órgãos³, para compensar o despojo dos direitos. Os projetos políticos que radicalizam seu *modus operandi*, localizando-se à direita dos liberais clássicos, refletem o “espírito deste tempo”, ainda que portem diferentes traços, variáveis de acordo com o terreno no qual emergem. Podem ser abertamente xenofóbicos na Europa, como não poderiam ser no Brasil; revelam aqui um peso militarista explícito, como não seria aceito na Argentina. Podem até ser autodeclarados anarco-capitalistas, como Milei; mas, em última instância, convergem sempre em uma mesma desembocadura: na radicalização violenta do neoliberalismo. Para tal, podem admitir cariz neofascista, conforme Boito (Foi assim com Bolsonaro e com aquele que, no pior e mais provável cenário, venha a ser o próximo presidente argentino

Embora este breve comentário não trate de uma análise da conjuntura, ela corrobora o debate porque, quando analisada criticamente, expressa a trajetória societária na qual se articula. Tratamos, sim, da análise do movimento da lógica irracional da sociedade burguesa, agudizada pela fase chamada tardocapitalismo por Mandel (1982), que agrega contradições postas para além da noção leniniana de imperialismo clássico (Netto, 2011). As contradições desta 3ª fase seriam adensadas pelas transformações societárias que eclodem na década de 1970, ainda que previamente germinasse no processo metabólico da sociedade da mercadoria.

O Neoliberalismo, que, em 1973, ensaia no golpe militar de Pinochet sua ascensão e hegemonia, é expressão da urgência em acelerar os processos de rotação de capitais, no curso da incontornável tendência decrescente da taxa média de lucros que nesta etapa se agudiza, ainda que os fatores contrarrestantes do capital (Marx, 2017) possam criar ondas ascendentes em determinados intervalos históricos, como demonstra o gráfico de Roberts (2021):

³ Liberdade que não contempla a legalização do aborto, que há tão pouco tempo poderia ter encontrado seu rumo na Argentina para salvar as vidas das mulheres.



Taxa de lucro mundial (%) utilizando 14 países-chave (1869-2007)



Fonte: MAITO, 2018 apud ROBERTS, 2021

A violência que o caracteriza o capitalismo toma força neste processo de maturação e apodrecimento das relações tipicamente burguesas. Impõe a reformulação da economia e da ação do Estado, que a criação de um caldo cultural necessário à constituição de um novo ser social, individualizado, atomizado, adequado às novas demandas da produção e reprodução social do tardocapitalismo.

10

Estas transformações realizadas sob a hegemonia do capital portador de juros são operadas no curso de uma incompatibilidade insustentável entre as transações financeiras da riqueza imaterial e aquela que se pode de fato enfiar nos bolsos, que mesmo a indústria bélica e as guerras necessárias à realização de suas mercadorias não são mais capazes de equilibrar.

Este cenário leva à busca constante por novos nichos de acumulação que permitam a captura de valores reais, capazes de sanar, ainda que temporariamente, o desequilíbrio entre a ficção e o valor real socialmente produzido. Deriva daí a mercantilização de tudo e a conversão do fundo público formado pelo trabalho em capital essencial ao processo ampliado de reprodução capitalista (Behring, 2021).

A realização desta “tarefa” impõe a subordinação geral do conjunto social. É preciso converter bens naturais em commodities, assalariados em empreendedores individuais que recorrem ao capital portador de juros na tentativa de abrir ou desafogar seus

negócios. Direitos são convertidos em privilégios, empregados em colaboradores, solidariedade em concorrência. Valores decrépitos se insinuam como novos, o que só é possível a partir de uma profunda alteração da morfologia do trabalho (Antunes, 2013) transformadora da própria classe que, fragmentada, é condicionada a uma práxis individualizada e estéril. Para tal condução, constitui-se, a despeito da ideologia do minimalismo, um Estado que é mais forte do que nunca. Um Estado que é máximo para o capital (Netto, 2011), e que, somente para o trabalho, reserva o Estado mínimo.

Por isso, as novas manifestações do neofascismo ainda que decaiam numa nação, reerguem-se em outras, seja através de um mandato ou do massacre de um povo, sem nunca tornar a violência prescindível, se considerarmos o complexo em processo de totalização (Lukács, 2003) que internacionalmente caracteriza a sociedade burguesa. A violência multifacetada é a força motriz principal da permanência da sociedade da mercadoria, sejam elas concretas ou intangíveis, e ainda que sua brutalidade opere nos marcos dos regimes democráticos. Se, concessões não são mais permitidas à classe trabalhadora, a saída é engrossar o caldo da força.

Encontramos assim a existência de um fio condutor que conecta não apenas os traços da barbárie burguesa, que na década de 1970 cria novos e mais profundos modos de ser, à barbárie contemporânea. As autocracias, que outrora tomaram os países de capitalismo dependentes para conter a ação revolucionária ascendente, foram pressupostos necessários à nova onda neoliberalizante, por terem sido capazes de aniquilar não apenas as organizações do trabalho, mas os seus oponentes e os espaços de sociabilidade que cultivavam as novas gerações de lutadores. Permitiram ao capital um ganho de tempo indispensável para seu rearranjo.

Neste percurso, os regimes democráticos são convertidos em regimes suficientes para o desenvolvimento da violência neoliberal em toda a sua essência. O neofascismo, como fenômeno novo (Boito, 2020), não emerge como resposta a uma ameaça revolucionária a ser derrubada; mas como meio de garantir o avanço da acumulação capitalista para além das barreiras da superexploração, eliminando as reminiscências da velha socialdemocracia.

O neoliberalismo consolida-se como estratégia fundamental de conservação da sociedade burguesa, sem a qual não seria possível garantir o equilíbrio, cada vez mais instável, do processo de valorização do valor e neutralizar a revolta, mesmo que despolarizada, desorganizada e em estado de pulverização, que se expressará frente a um modo de



produção e reprodução social que esgotou suas capacidades civilizatórias (Mészáros, 2002). E não necessariamente por sua eficácia, mas pela falta de alternativas – haja vista a incapacidade de reverter uma crise que admite caráter estrutural (Mészáros, 2009).

Tal afirmação está, contudo, distante de sugerir que os fenômenos sociais típicos do neoliberalismo contemporâneo se apresentem como na década de 1970. Outrossim, diante de crises cada vez mais profundas e longas, que não apenas se defrontam com a queda das taxas de lucro, mas também com a queda da massa de lucros, como ocorrido na crise dos *subprimes* de 2008, o capital é obrigado a reinventar-se. E, sem dúvidas, é pleno de capacidades para tal, ainda que assim revele sua essência destrutiva.

Como todo produto social, o neoliberalismo se transforma no curso de seu desenvolvimento, mas somente a partir de seus fundamentos ontológicos e não dos discursos produzidos sobre si mesmo, pode ser compreendido e enfrentado. Esse é o caminho teórico-metodológico oposto ao percorrido pela crítica romântica, que nega a existência da sociedade de classes, e a razão moderna, e que obliterada pelo imediato, não é capaz de extrair a essência da realidade, senão determinada por seu movimento.

2. Dardot, Laval e a irracionalidade francesa

A obra *A nova razão do Mundo*, dos foucaultianos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, publicada na França em 2009, chega ao Brasil quando o golpe de novo tipo (Demier, 2017) ocorria em um país cuja ideia de nação foi forjada à base de sucessivos golpes de Estado. No ano de 2016, contudo, testemunhamos a capacidade renovadora de “nossas tradições”, quando a derrubada de um governo democraticamente eleito se sustentou não pelos canhões, mas sobre os próprios alicerces do regime democrático. Deu-se fim ao segundo mandato de Dilma Rousseff, sob ataques misóginos. Foi interrompida a sequência de governos petistas, deterioradas as já rarefeitas conquistas deste período e destruídos os direitos históricos e insuficientes que o antecederam. Neste cenário, as teses de Dardot e Laval ganham eco considerável no campo crítico à viragem da burguesia, que assume a gestão do Estado a partir de seus representantes diretos. São especialmente insufladas pela necessária imposição de pensarmos as transformações do neoliberalismo, diante de um cenário de generalizada insegurança e dilaceração vertiginosa das condições de vida.

O ensaio dos franceses propõe analisar as transformações n neoliberalismo desde a naturalização das teorias constituídas pelos liberais clássicos do século XVIII. Propõe que a exacerbação do *Laissez-faire* teria sido interrompida pelo que os autores chamam



de “crise de governamentalidade do liberalismo”, desdobrada do que chamamos nós de emergência da “questão social”. Essa crise de legitimidade teria compelido o remanejamento teórico e interventivo do papel do Estado, que precisava dar respostas políticas para enfrentar os processos de disputa que, especialmente a partir da Comuna de Paris de 1871, ameaçavam a reprodução da sociedade burguesa.

Este movimento gerou uma rápida reação, que teve como marco o Colóquio Walter Lippmann, de 1938. Surgem daí um conjunto de elaborações que permaneceria marginal por mais de 30 anos, definindo ainda assim duas correntes de um nascente pensamento *neoliberal*: o ordoliberalismo alemão, encabeçado por Walter Eucken e Wilhelm Röpke, e o neoliberalismo austro-americano, que teve Friedrich Hayek como principal expoente. Essas correntes não pretendiam reabilitar o liberalismo clássico, como demonstrou Friedman (2003) com a popularização da renda básica universal, na década de 1960. Prenunciavam uma política que refletiria o porvir, mas que somente se expressaria no fim da onda longa ascendente que marcou a década de ouro do capitalismo.

Os autores, todavia, não apenas declaram suas intenções de pensar o neoliberalismo. Eles se ocupam – e antes de mais nada – da crítica aos marxistas, como já exposto na introdução do livro. Neste primeiro momento, anunciam o propósito de enfrentar o que, segundo eles, caracterizaria um erro de diagnóstico realizado acerca do Neoliberalismo

13

Dardot e Laval seguem admirados com a longevidade neoliberal ao identificarem sua permanência, ainda que em meio à crise de 2008, famosos neoliberais, como Joseph Stiglitz, anunciassem prematuramente a derrocada do projeto que defenderam. Levantam, assim, com inegável truísmo, a questão que não quer calar: como é possível que apesar das tão perversas consequências das políticas neoliberais, elas sigam existindo, sem encontrar pelo mundo maiores resistências?

A chave de resposta desta questão não tarda a aparecer em *A Nova Razão do mundo*. Ela estaria exatamente biopolítica de Foucault, que enfatiza a influência do poder sobre os corpos, que são tanto alvo quanto agentes destas relações de poder, gerando um estado de sujeição dos indivíduos entre si e consigo mesmos, independentemente da própria ação do Estado. Dardot e Laval discutem o neoliberalismo pela via da reflexão sobre o modo de governo e suas estratégias, abordando não apenas o que chamam de aspectos negativos – como os direitos que ele destrói –, mas o que ele é capaz de criar no campo das relações sociais, e que determinará uma forma de existência, uma dada subjetividade produzida pelo “admirável mundo novo”⁴, que é o seu neosujeito.

⁴ Romance de Aldous Huxley, publicado em 1932.



É a partir do marco do problema da *governamentalidade*, desenvolvido por Foucault no curso *Segurança, território, população, e apresentado no Collège de France* (1977-1978), que Dardot e Laval acreditam traçar o diagnóstico correto sobre o neoliberalismo, desconstruindo “os limites do marxismo”; ou daquilo que a parelha acredita ter entendido das correntes – múltiplas, distintas e muitas vezes divergentes – que do pensamento Marxiano derivam, mas que, como batatas, são por eles postas no mesmo saco.

Teremos assim a proposição de que os marxistas se fecham na concepção “que faz da ‘lógica do capital’ um motor autômato da história”; “reduzem a história a uma repetição dos mesmos roteiros, com as mesmas personagens vestidas com novos figurinos”. Os franceses afirmam ainda que a tendência à centralização de capitais exposta em O capital caracterizaria uma lei natural, e encontram no marxismo o suposto e requeitado determinismo da “ruína final” e do socialismo como desaguadouro inevitável da história. Em síntese, e conforme os próprios, não seria possível contentar-nos com Karl Marx e Rosa Luxemburgo para desvendar os mistérios da contemporaneidade, pois insuficiente seria “a interpretação marxista, por mais atual que seja” (Dardot; Laval, 2023, p. 21).

Apesar de buscarem uma posição original, supostamente destacada tanto do pensamento dominante quanto da tradição marxista, a posição “não ortodoxa” dos autores combina ecleticamente matrizes teórico-metodológicas absolutamente distintas. Independente dos vieses que daí derivam, é notório que a defesa de sua tese é precedida da crítica a Marx, ainda que com a superficialidade liberal. Incidem assim na mesma vulgata que vem sendo utilizada desde o século XIX, para falsificar a teoria Marxiana e assim justificar a ordem do capital. E o fazem, ainda que não se declarem defensores da sociedade burguesa, mas por considerarem que este não é mais o ponto central ou por desconsiderarem qualquer horizonte que a ultrapasse, como fica expresso no fatalismo que norteia a obra.

2.1 - O Estado e o neoliberalismo

Os franceses afirmam que, ao contrário da visão simplista de que os mercados teriam conquistado o Estado e, a partir disto, dominado a sua política, teria sido justamente através deste que se daria a universalização do modelo empresarial na economia. Põem-se, desta forma, a desenvolver uma discussão assemelhada ao velho questionamento sobre se o primeiro a chegar teria sido o ovo ou a galinha, quando já há muito se sabe que galinhas não podem anteceder a existência dos ovos.

Não obstante, e buscando acordos com os próprios autores, que recuperam corretamente a concepção de que o mercado não pode atuar sozinho, sendo do Estado a mão não tão invisível que garante sua motilidade, podemos afirmar que tampouco atuaria o Estado como ser flutuante sobre as classes e dotado de interesses próprios. Nos demonstra a história – e desta não se pode abrir mão – que é a disputa de projetos societários e a correlação de forças estabelecida em cada particularidade do tempo e do espaço a determinante não apenas do tipo de governo, mas do tipo de regime e, em situações especiais, do tipo de Estado que será instituído.

Certamente, devemos enfatizar o papel decisivo do Estado para a “mundialização do capital” (Chesnais, 1996), mas não se pode perder de vista que a constituição das sociedades produtoras de excedentes, antecede o Estado como forma de organização social. Destaca-se ainda que o Estado não é uma coisa – como bem dizia Marx sobre o próprio capital (2014), nem um ser monolítico. Deve ser entendido, conforme Harvey (2006), como uma relação social em processo, que se materializa historicamente através de um conjunto de forças e instituições que determinam e normatizam elementos da sociabilidade

15

Os Estados não assumem, nem tampouco ditam por conta própria diretrizes políticas ou econômicas conflitantes com aquelas que se tornam dominantes na vida social. Às barbas da Fiesp⁵ não seria possível legislar sobre a socialização dos meios de produção, como fizeram os soviéticos, pois o Estado é um produto histórico posto no desenvolvimento societário, que atua sobre os conflitos de interesses particulares de classes, com a premissa de proteger aqueles que se constituíram como dominantes. O Estado feudal garantia assim o domínio dos proprietários de terra e atrasou em diversas nações o processo de desenvolvimento de uma burguesia mercantil. Para que chegasse, portanto, a trabalhar em prol da universalização da “lógica da concorrência e [d]o modelo de empresa” (Dardot; Laval, 2023, p.19), a direção do Estado precisou ser tomada pela burguesia por meio de uma revolução. Revolução que inaugura a existência de uma autonomia relativa do Estado frente à nova dinâmica societária, e cujas funções, como demonstrou Mandel (1982, p.333), não poderiam ser “puramente superestruturais”.

É no capitalismo que a economia e a política aparecem pela primeira vez como esferas separadas, através de um processo de despolitização da vida social, mediada pela erosão das antigas feudalidades (Marx, 2017). Esta conformação, contudo, se dá através de um destacamento entre a forma jurídico-política e o conteúdo societário. O Estado moderno institui uma universalidade abstrata, expressa nos “direitos iguais”. A supressão do particularismo estamental legalmente determinado nas sociedades feudais escravagista,

⁵ Federação das indústrias do estado de São Paulo.



emancipou politicamente a burguesia, e garantiu a manutenção das desigualdades concretas postas na estrutura social e que se tornaram cada vez mais complexas.

Mandel (1982) vai demonstrar ainda que o Estado Moderno é a forma organizativa da burguesia. Na idade dos monopólios, ele robustece sua ossatura, na medida em que a constituição do proletariado como classe para si (Marx, 2018) impõe a admissão de novas funções que, para além da ação coercitiva pura, sejam capazes de criar consenso. Esse alargamento faz também com que a autonomia do Estado se expanda, sem que seu caráter “relativo” seja suprimido.

A despolitização da sociedade e a deseconomização do Estado não podem, assim, impedir que a política seja obra da sociedade, nem que a economia seja alvo de intervenção do Estado, pois essa divisão de tarefas oculta relações que se entrecruzam na totalidade da vida social, ainda que tal articulação não seja manifesta na aparência imediata dos fenômenos. Isto foi bem demonstrado pela onda de estatizações operada pelo “Estado mínimo” norte-americano que, em 2008, e a despeito da defesa do não intervencionismo, salvou da bancarrota instituições financeiras tais quais Fannie Mae e Freddie Mac. O Estado no tardocapitalismo é o Estado de uma forma capital despreocupada com a criação de empregos em massa, que impulsionem o consumo também massivo de mercadorias. É o Estado do capital portador de juros, preocupado em facilitar a migração internacional de capitais, a venda de títulos e “papéis podres”, e a conversão do fundo público formado pelo trabalho em capital. Mas, Dardot e Laval incorporam no seu discurso o divórcio entre forma e conteúdo que particularizam a sociedade burguesa e admitem que não é o enfrentamento à burguesia o problema contemporâneo, pois os corpos convertidos em empresas que dominam a si mesmos constituem novos poderes. Aqui demonstra-se o direcionamento teórico-metodológico dos autores, que invocam Foucault em toda a sua essência proto pós-moderna (Rodrigues, 2006)

E o que é o neoliberalismo para Dardot e Laval? Para os franceses, a “racionalidade neoliberal” teria se desenvolvido a partir da década de 1980, e não resultaria da aplicação prática das elaborações da década de 30. Estaria voltado para a gestão de uma nova tecnologia de controle social que, para além do Estado, produzisse o que chamam de “novo sujeito” e a “racionalização do desejo”. (Dardot; Laval, 2023, p.333). É interessante notar como nesta síntese nossos autores negam a relevância da experiência chilena que, ao sul do mundo, qualificou a ascensão de Reagan e Thatcher, e abriu caminho ao que chamam Dardot e Laval (2023, p.17) de “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de *governo* dos homens segundo

o princípio universal da concorrência. ”. Afirmam ainda, que o *modus operandis* admitido “neste caso”, teria sido um “método particular” de uma situação particular (Dardot; Laval, 2023, p.20).

Caberia ao argumento dos franceses que hoje não é mais necessário queimar, à luz do dia, os corpos vivos de seus adversários, como fez no Chile a patrulha militar com Rodrigo Rojas e Carmen Gloria Quintana, no ano de 1986. E, de fato, a história demonstrou que, em dadas condições de desmantelamento das organizações da classe trabalhadora, é a própria democracia burguesa um terreno suficiente à expansão do neoliberalismo. Nos países dependentes, ainda que o avanço neoliberal possa preservar formalmente as liberdades políticas, não é possível evitar a violência como método para sua realização, pois a “queima” não apenas dos adversários, mas do conjunto dos excedentes do capital é elemento imprescindível à manutenção da condição de dependência, e a constituição dos superlucros.

Esse movimento tem implicações sobre recursos naturais, como demonstram, por exemplo, os desastres provocados pelo aquecimento do planeta. Afetam até mesmo os capitais constantes, como evidencia a desindustrialização no Brasil. Não obstante, são os trabalhadores, especialmente aqueles trajados pela fantasia do empreendedorismo, que seguem como a lenha mais importante da fogueira do capital. E esta queima encontra condições ideais nas sucessivas revoluções tecnológicas combinadas à desregulamentação do trabalho.

17

As teses sobre o pós-trabalho, que caminham lado a lado com as de Dardot e Laval, para os quais não há mais classes, apenas sujeitos atomizados, são refutadas pela realidade quando, no curso da pandemia de COVID-19, a burguesia implora para que os trabalhadores enfrentem a morte e salvem a economia. Isso demonstra não apenas que o capitalismo é incapaz de produzir riquezas sem o trabalho, mas que o faz sem nunca preterir a eliminação física. Opera seja pela fome, pelo COVID, pelos tiros que, apesar da democracia, tiraram a vida Marielle Franco em 2018, como o fazem com aqueles que, no campo, se levantam contra a expansão do latifúndio, ou no extermínio racial que diariamente controla nas favelas brasileiras o modo de ser dos trabalhadores mais pauperizados.

Para Dardot e Laval a nova racionalidade neoliberal foi desenvolvida a partir de dados a partir de dados artifícios voltados à construção do “homem-empresa ou do sujeito empresarial(...) inteiramente imerso na competição mundial” (Dardot; Laval, 2023,



p.322). Os franceses inclusive reivindicam Marx para afirmar a tese de que a subjugação cumpre papel principal na história; mas, para quê? O movimento pela dominação, segundo os autores, se apresenta como um circuito que gira em torno de si mesmo, no qual todos dominam e são dominados, não havendo finalidade e nem sujeitos.

Temos acordo, todavia, quando os autores afirmam que o neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas. Inéditas, contudo, também foram as técnicas do Imperialismo clássico, como a realização da primeira Guerra Imperialista (Lenin, 2005) da história da humanidade, como recurso voltado à disputa por mercados. Tais transformações do neoliberalismo identificadas pelos franceses indicam, tão somente, a gigantesca plasticidade do próprio capitalismo, que se renova para seguir existindo. E se não há dúvidas de que as técnicas elaboradas na sua operacionalização foram capazes de engendrar condutas e subjetividades que lhes são particulares, podemos igualmente afirmar que a capacidade de transformar as relações e a conduta do ser social não é novidade inaugurada pelo neoliberalismo.

Vejamos o fordismo, que consolidou a idade dos monopólios no início do século XX. A introdução da esteira constituiu muito mais do que uma técnica de produção. Forjou o operário-massa, estável, rígido, fragmentado pelo trabalho repetitivo. Operários que, por um lado, projetavam o american way of life no ideário fetichizado das camadas populares e fomentava o consumo massivo de mercadorias; por outro, era capaz de desenvolver solidariedade de classes, através da reunião do sofrimento comum e compartilhado nas grandes fábricas. Instituiu um tipo particular de sociabilidade, um ethos que exigia “um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova estética, uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (Harvey, 1992, p.121).

Estes termos se tornaram absolutamente incompatíveis com as demandas correspondente à ascensão do capital portador de juros. Um novo ethos é cultivado, como bem percebem Dardot e Laval, e segue profundamente ligado à forma como o trabalho se desenvolve nesta nova etapa, como nos demonstrou Marx e Engels (2007). E não foi por acaso que a construção desta nova subjetividade, que é o “ponto forte” da obra de Dardot e Laval, foi precedida por profundas modificações, operadas pelas sucessivas reestruturações produtivas, as parteiras dos diversos “modos de ser da informalidade” (Antunes, 2013, p.14), que implicaram diretamente no modo de ser da classe.

E se é verdade que as capacidades e características portadas pelo neoliberalismo hoje não poderiam ser previstas na década de 1930, já que anteceder a realidade não é habilidade da não-teoria neoliberal, tampouco se pode negar que o Estado seguiu à risca as orientações de Hayek (2022) sobre a necessidade de destruir o poder de pressão dos sindicatos. A partir daí, e sucessivamente, foi possível criar manifestações novas e inimagináveis pelos pioneiros.

Dardot e Laval afirmam que “A originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas outro regime de acumulação, mas também, mais amplamente, outra sociedade.” (Dardot; Laval, 2023, p. 24). Seguramente, o regime de acumulação capitalista admite distintas formas no processo histórico, que vão determinar modos de regulação que consistem exatamente nas engrenagens cambiáveis, que serão capazes de garantir a reprodução do regime de acumulação. Dardot e Laval somente não puderam explicar, ao longo de todo livro, qual seria a “nova sociedade” por eles identificada.

Contudo, a nova gestão da acumulação de capital, que caracterizou o regime de acumulação flexível (Harvey, 1992) acelerou as contradições de uma sociabilidade que forja relações antissociais, instáveis, efêmeras e fungíveis, que admitem as formas da mercadoria conforme ela se apresenta nesta etapa. Sociabilidade esta que é precarizada, assim como o são os trabalhadores polivalentes, terceirizados, quarteirizados, deprimidos pela insegurança do dia de amanhã, cada vez mais desprotegidos, a ponto de perderem até o “status de assalariado”. E “se o comportamento dos indivíduos (...) não é mais inteiramente descritível e prescritível” (Dardot; Laval, 2023, p. 342), essa extrema individuação é desdobrada da exaustão, da busca permanente pela inovação, da instabilidade permanente da vida, que atomizaram a classe, a cada dia mais heterogeneizada, pulverizada e imersa no estranhamento

A eliminação da regulação sobre a relação capital/trabalho, serviço ao qual o Estado neoliberal se dedica, catalisa a transformação do ser social em empresas que concorrem entre si. É a base material de um convencimento ideológico, que se dá pela interiorização das deformações sociais na psique do ser, demonstrando que “aquilo que aparece invertido na ideologia é expressão de um mundo invertido” (Iasi, 2017, p. 108). Só assim foi possível converter a classe trabalhadora em “empreendedores de si mesmos”, a serem responsabilizados por manter, inclusive, os meios de produção utilizados na exploração de si mesmos, operada via aplicativos. O trabalhador entende-se como “proprietário de capital humano” (Dardot; Laval, 2023, p. 346). E assim seguem como meros detentores de sua força de trabalho, sem sequer encontrar onde pô-la à venda.

E se o trabalhador não está mais 14 horas por dia confinado à fábrica, como outrora, tem sua vida transformada em um impulso permanente para o trabalho de sua empresa/corpo. E tudo isso, porque não é o capitalismo, e nem tampouco o neoliberalismo em si, apenas um regime de acumulação, mas um conjunto de relações sociais que avança na reificação e reproduz no ser social as características necessárias à reprodução do capitalismo decadente.

Dardot e Laval (2023, p.24), entretanto, afirmam categoricamente que “a sociedade neoliberal não é reflexo de uma lógica do capital”. Concordamos mais uma vez. Ela não é reflexo, pois é *A lógica irracional* do capital em tempos de decadência societária. A lógica organizativa que permite que o hiato existente entre a riqueza imaterial negociada pelo capital fictício e a riqueza real socialmente produzida possa ser mitigado. E essa mitigação só pode ser dada pela captura de valores reais, visto que o capital portador de juros nada produz (Iamamoto, 2007). E no fundo público formado pelo trabalho encontra recursos fundamentais ao distensionamento de uma inquebrantável crise de liquidez.

3- A crítica ao marxismo que não leu Marx e as consequências para o Serviço social

O serviço social é uma profissão que em seu dupla e contraditório exercício atende tanto a interesses do capital quanto do trabalho (Iamamoto (1991). No Brasil, o percurso da renovação do Serviço social tornou possível a ruptura com o monopólio do conservadorismo e que a defesa de um projeto societário alinhado aos interesses históricos da classe trabalhadora ganhasse hegemonia. Esse projeto materializa-se no que chamamos projeto ético-político do serviço social brasileiro.

Neste processo, a admissão do referencial marxiano e a adesão às lutas dos trabalhadores do campo e da cidade foram aspectos cruciais de tal viragem, que traz no seu horizonte a superação das relações capitalistas e a emancipação do trabalho como pressuposto da emancipação humana. Cabe àqueles que constroem esse projeto combater a crítica ilusionista, como a de Dardot e Laval, que ao se estreitarem às fronteiras fenomênicas das transformações societárias, salvaguardam a sociedade burguesa. Ferventam, através da leitura simplória e equivocada – ou enganadora – de Marx, a caldeira do

neoconservadorismo profissional, que nega a atualidade da luta de classes, da dialética, da possibilidade de superação das relações burguesas. Em defesa do projeto de combate à exploração e opressão, vamos à defesa do método de Marx e de sua pertinência na contemporaneidade.

3.1 - Em defesa do marxismo

Não é possível esperar de Marx uma decodificação do neoliberalismo ou subsídios suficientes para a análise do conjunto das relações contemporâneas. Sua obra não configura um saber total, já que nela a epistemologia é subordinada ao modo de ser do objeto contraditório e dinâmico que investiga, o que determina seu caráter ontológico. Esta concepção metodológica hipoteca o conhecimento à sucessiva perscrutação da realidade que, para ser apreendida, demanda esforços investigativos permanentes, dada sua transitoriedade. Aventar a hipótese de que Marx, Rosa, Lênin ou Trotsky bastariam para a leitura das relações contemporâneas seria uma mutilação do método Marxiano. Negá-los, não acarreta em um erro menor.

É no próprio desenvolvimento da sociedade burguesa que a História se consolida como o guia imprescindível para a compreensão do movimento da sociabilidade humana ao longo do tempo. A dialética e a história vertebram a filosofia da práxis, desenvolvida por Marx, no curso da sua obra. É justamente a materialidade em movimento que permitiu a descoberta da lei do valor, regente da sociedade burguesa em todas as suas fases. É esta que sustenta a perspectiva revolucionária que compreendeu a amovibilidade da realidade, na qual “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem” (Marx, 1986, p. 17). Isto resulta de uma concepção do mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, como um mundo sujeito à constante mudança, transformações e desenvolvimento constante. (ENGELS, 1979, apud Netto, 2010, np)

Esta concepção atravessa a obra Marxiana e é, de fato, surpreendentemente vulgar a acusação de que aos olhos do marxista a história poderia apresentar-se sempre igual, pois nada pode ser menos marxista do que tal afirmação. A leitura de Marx e do marxismo realizada por Dardot e Laval objetivamente bebe mais do estruturalismo, que também influenciou a crítica de Foucault, referência hors concours dos autores e que os impede de ir além dos detratores clássicos do marxismo, que miram em Marx, mas atingem o maniqueísmo desdobrado do que chamou Lefebvre (1979) de dia-mat, ou dialética materialista estalinista.



Em tempo, a lógica do capital não é, para Marx, o motor da história; ao contrário, a lógica do capital torna-se um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, entendidas como um sistema que vai além do desenvolvimento da tecnologia, que abarca a natureza e a humanidade em sua objetividade e subjetividade. É este entrave que engendrará um estado de crise, até então, incontornável e que ameaça a própria reprodução das relações burguesas na medida em que ameaça a manutenção da própria vida humana.

Estamos, pois, de acordo com Barreto (2022, n.p.) e dizemos apenas o seguinte: “Se ao correr o monstro pega e ao ficar o monstro come, mate o monstro”. Se seremos capazes de matar o insaciável monstro da burguesia, que quanto mais come, mais tem fome, já é outro assunto. Enquanto isso, a síntese de Rosa se demonstra fiel à realidade, pois, dia após dia se avizinha de nós não o socialismo, mas revela-se a barbárie como a única face que se mantém viva de uma sociedade que, ao permanecer, apodrece sobre suas próprias bases.

O fato é que, verdadeiramente, o motor da história seria, para Marx, a contradição. Mais especificamente, a das classes em luta. E o que Dardot e Laval – que nem sequer consideram as classes – não parecem compreender, é que o capitalismo e sua estratégia neoliberalizante se modificam justamente para que esta sociedade permaneça. E é essa transformação que oculta aos desatentos o caráter conservador por ela portado. Conservadorismo este que ergueu uma sociedade capaz de criar as condições de superação do sofrimento coletivo, mas que não o faz, pois tal superação contradita a sua própria existência

Lamentavelmente, quando tentam ser irônicos, nossos autores acertam na realidade: a burguesia, e não apenas para o marxismo, é mesmo um sujeito coletivo que perdura no tempo – ainda, acrescentamos por conta própria. Isso não quer dizer que ela seja um sujeito eterno, assim como tampouco foram os Tzares na Rússia; fato que não os impediu de perdurar muito mais no tempo do que a própria burguesia aparentemente perdurará enquanto classe dominante, haja vista a degradação legada à nossa e às gerações porvindouras. Por isso, inclusive, é que o marxismo permanece atual, como foi bem observado pelos autores já na introdução de *A nova Razão do Mundo*. Permanece atual e mais atual do que nunca, pois, gostem ou não Dardot e Laval, o neoliberalismo, e as suas tragédias, seguem sendo explicadas pela Lei do valor.

Os franceses afirmam que os marxistas fazem da “economia a única dimensão do

neoliberalismo” (Dardot; Laval, 2023, p. 24). Ora, a crítica liberal da existência de um fatorialismo economicista na concepção de Marx não é nova e abstém-se do rico debate acerca do processo de formação da consciência que será determinada pelas relações travadas na materialidade da vida pelos seres sociais, os quais antes de satisfazer as necessidades da fantasia, precisam satisfazer as necessidades do estômago, como bem demonstrou Marx (2014).

Tivessem Dardot e Laval mergulhado seriamente na obra de Marx, poderiam capturar não apenas as implicações que a materialidade da vida traz à construção da subjetividade quando se estão em jogo questões substanciais, como a ameaça à garantia da reprodução biológica do ser. Seria ainda possível compreender que “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante.” (Marx; Engels, 2007, p.47). Isso quer dizer que se a consciência do entregador de aplicativo, que vê no espelho um empreendedor competitivo, não faz dele nada mais que um reprodutor de ideias que não são suas e que tampouco correspondem a materialidade de uma superexploração aparentemente autogerida.

23

Tampouco “a estranha faculdade do neoliberalismo de se estender por toda parte apesar de suas crises e das revoltas que suscita em todo o mundo” (Dardot; Laval, 2023, p.21), lhes pareceria assim tão estranha, se tivessem novamente examinado com atenção a obra Marxiana. Foi esta que revelou o caráter eminentemente expansionista do capitalismo, que permitiu sua constituição como uma universalidade. O neoliberalismo justamente é resultado e dinamizador do processo de mundialização do capital, como afirma Chesnais (1996).

É ainda o neoliberalismo a forma mais capaz de fazer do Estado um capitalista total ideal (Mandel, 1982), que a qualquer custo precisa criar contratendências de crescimento econômico, capaz de criar também um novo modo de ser, necessário à sua manutenção. E tudo isso só se torna possível graças à faculdade portada pela sociedade burguesa de se estender por toda parte, apesar de suas crises e das revoltas que, desde a Primavera dos Povos de 1848, passou a suscitar pelo mundo.

Considerações finais

Dardot e Laval acreditam que suas pesquisas revelam a verdadeira face neoliberal, e os artifícios de poder, que resultam na sujeição dos indivíduos, norteados o



comportamento individual, controlando suas almas, corpos e impondo a cada um o controle de si mesmo. Os indivíduos/empresas que competem entre si, no entanto, resultam de uma “multiplicidade de processos heterogêneos” (Dardot; Laval, 2023, p.34) que engendram a tal nova racionalidade do mundo, que os autores expõem como um processo livre de teleologia. Não indicam a quem tais processos beneficiam ou ferem, justamente porque, segundo eles, não há o que chamam de “orquestramento”. O processo social trata-se, assim, da simples obra do caos, capaz de proporcionar um engajamento múltiplo, aleatório e independente de um ultrapassado interesse de classe. O desenvolvimento social não porta mais sentido e finda-se em si mesmo, admitindo fundamentos incognoscíveis.

Dardot e Laval, em seu neoidealismo pós-estruturalista, são capazes de perceber e descrever características concretas da sociabilidade neoliberal e mesmo consequências genuínas deste processo. Fortalecem-se ainda na dificuldade enfrentada pelos marxistas, que, sob as influências da Terceira Internacional, pouco desenvolveram estudos substanciais sobre o movimento da subjetividade no curso do processo histórico contemporâneo. No entanto, seu ultra-subjetivismo não atinge o núcleo duro que responde pelas inegáveis transformações operadas no ser social, restritos que estão à epiderme e alheios as causas do problema sobre a qual flutuam.

Os franceses não percebem, principalmente, que a crise do neoliberalismo nada mais é que a incapacidade por ele portada para cumprir a tarefa de recompor as taxas de lucro, ainda que a política dos mais distintos governos, dos mais distintos países portem como finalidade primeira a garantia da transferência do maior quantum possível de valor real para encarnar os capitais fictícios e que tal política não pode ser substituída, senão mediante a destruição desta sociedade. E, nesta direção, seja para garantir a apropriação do fundo público, o financiamento da guerra, ou a espoliação do que ainda resistiu a ser expropriado, a irracionalidade neoliberal é a lógica que expressa o capitalismo decadente, que só pela mediação da violência e do cerceamento irrestrito do ser pode manter-se de pé.

Se o neoliberalismo lhes parece a nova razão do mundo no qual o exercício do poder, não tem razão de ser, conforme sintetizam Dardot e Laval, tal construção se confunde com os elementos do irracionalismo por trás de seus autores. Estes, importa salientar, tal qual o Estado neoliberal, constituem sua obra em perfeita compatibilidade com o capitalismo tardiom portando, um conteúdo conservador nos autores, ainda que estes se apresentem numa forma transgressora.

ardot e Laval descreditam o marxismo, pois não os interessa romper as margens da sociedade burguesa. Daí surge o fatalismo que os impede de identificar a construção de “uma nova razão no mundo”, comprometida com a emancipação humano-genérica. Afinal, é o neoliberalismo que lhes importuna e nada mais. Tais aliados da crítica precisam ser, portanto, questionados: “Quem é o inimigo, quem é você?” (Russo, 1984). Ou, ainda, de que serve a crítica que não ajuda na construção das duras lutas que precisam ser travadas para derrotar não apenas a forma contemporânea que o capital utiliza para permanecer, mas a totalidade de uma sociabilidade para a qual o lucro vale mais que a chance de seguirmos vivos.

Referencial Bibliográfico

Antunes, R. (2013, org.). A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. *Em Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Boitempo.

Barreto, E. S. (16 de Febrero de 2022). *Se ao correr o monstro pega e ao ficar o monstro come, mate o monstro*. Contrapoder.net. <https://contrapoder.net/colunas/se-ao-correr-o-monstro-pega-e-ao- ficar-o-monstro-come-mate-o-monstro/>

Behring, E. R. (2021). *Fundo Público, Valor e Política Social*. Cortez Editora.

Behring, E. R. (2018). *Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da democratização*. XVI Encontro Nacional de Pesquisadorase/as em Serviço Social. UFES, Espírito Santo, Brasil. <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081/14590>

Boito, A. (2020). Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, (50). IFCH-Unicamp.

Chenais, F. (1996). *A Mundialização do Capital*. Ed. Xamã.

Coutinho, C.N. (2010). *O Estruturalismo e a Miséria da Razão* (2ª Ed.). Editora Expressão Popular.

Dardot, P. y Laval, C. (2023). *A Nova Razão do Mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo Editora.

Demier, F. A. (2017). *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Mauad X.

Friedman, M. (2003). *Capitalismo e Liberdade*. Actual editora.

- Gramsci, A. (2010). *Escritos Políticos. 1921-1926* (V.2). Civilização brasileira.
- Harvey, D. (2006). *A Produção Capitalista do Espaço* (2ª Ed.). Annablume.
- Harvey, D. (1992). *Condição Pós-moderna* (7ª Ed.). Ed. Loyola.
- Hayek, F. A. (1977) *O Caminho da Servidão*. Editora Globo.
- Iamamoto, M. (2007). *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – Capital financeiro, trabalho e questão social*. Cortez.
- Lefebvre, H. (1979). *Lógica Formal, lógica dialética* (2ª Ed.). Civilização brasileira.
- Lenin, W.I. (2005). *O Imperialismo. Fase superior do capitalismo*. Centauro.
- Lukács, G. (2003). *História e consciência de classes. Estudos sobre a dialética marxista*. Martins Fontes.
- Iasi, M. L. (2017). Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideias. Em *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural* (pp. 85-112). Instituto Caio Prado Jr..
- Mandel, E. (1982). *O Capitalismo Tardio*. Abril Cultural.
- Marini, R. M. (2022). Dialética da Dependência. En *Dialética da Dependência e outros escritos* (pp. 167-216). Expressão Popular.
- Marx, K. (1986). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (5ªEd.). Paz e Terra.
- Marx, K. (2014). *O Capital: crítica da Economia Política* (Livro I). Boitempo.
- Marx, K. (2017). *O Capital: crítica da Economia Política* (Livro III). Edição de Friedrich Engels. Boitempo.
- Marx, K. (2018). *A Miséria da Filosofia*. Lafonte.
- Marx, K. y Engels, F. (2007). *A ideologia Alemã*. Boitempo.
- Mészáros, I. (2002). *Para Além do Capital*. Ed. Boitempo/UNICAMP.



Mészáros, I. (2009). *A crise Estrutural do Capital*. Boitempo.

Netto, J. P. (2009). Introdução ao Método na Teoria Social. En Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais (pp. 607-700). CFESS, ABEPSS.

Netto, J. P. (2010). Posfácio. En C. N. Coutinho, *O Estruturalismo e a Miséria da Razão* (2ª Ed.). Editora Expressão Popular

Netto, J. P. (2011). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. Cortez Editora.

NETTO, J.P. (1981). Tempo e modo. In: Georgy Lukács. São Paulo: Editora Ática. (p. 25-56.)

Roberts, M. (2021). *A taxa e a massa de lucros*.

<https://universidadeaesquerda.com.br/coluna/a-taxa-e-a-massa-de-lucros/>

Rodrigues, M. P. (2006). *Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno* [Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social].

Russo, R. (1984). Soldados [Canción]. En *Legião Urbana*. EMI.

Agradecimientos

Agradeço à Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ao Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS), e especialmente à minha orientadora, Elaine Rossetti Behring, que impulsionou a elaboração deste artigo. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que resiste à privatização do fundo público e financia o estudo no qual esta publicação está inserida.

Biografía de la autora

Natália Perdomo é doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), fotógrafa e comunicadora popular formada pelo Imagens do Povo. Trabalha como professora substituta na Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é membro do Coletivo Fotoguerrilha.

Correo electrónico: servicosocialmariamontessori@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2439-8474>



